

Trabalho invisibilizado do cuidado no Brasil: desigualdades de gênero, raça e escolaridade ao longo do curso da vida

Hidden unpaid care work in Brazil: gender, racial and educational inequalities across the life course

Jordana Cristina de Jesus

jordana.jesus@ufrn.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1021-1787>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Simone Wajnman

wajnman@cedeplar.ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1140-1734>

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cássio M. Turra

turra@cedeplar.ufmg.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4051-3567>

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Resumo

O trabalho de cuidados é central para a vida humana, mas no Brasil apresenta profundas desigualdades de gênero, raça e classe. Este estudo analisa essas desigualdades por meio das Contas Nacionais de Transferência de Tempo (CNTT), com base na PNAD 2015. Os resultados indicam que mulheres são responsáveis por 79,7 % do cuidado não remunerado, com destaque para mulheres negras, que produzem 44,2 % desse trabalho, embora representem apenas 24,1 % da população. Em contrapartida, os homens consomem mais cuidados do que produzem ao longo de suas vidas. As desigualdades se intensificam entre mulheres de baixa escolaridade, que enfrentam maior sobrecarga de cuidados. A escolaridade, embora reduza disparidades, não elimina o impacto das desigualdades estruturais. Conclui-se que a sobrecarga feminina perpetua ciclos de exclusão social, reforçando a necessidade

Palavras-chave

Trabalho de cuidados

Desigualdades interseccionais

Gênero e raça

Contas Nacionais de Transferência de Tempo

Políticas públicas de cuidado

de políticas públicas que promovam a corresponsabilidade social nos cuidados e enfrentem desigualdades interseccionais de forma equitativa e progressiva.

Abstract

This study investigates gender, race, and class disparities in unpaid care work in Brazil using the National Time Transfer Accounts (NTTA) framework and data from the 2015 PNAD survey. Findings reveal that women perform 79.7 % of all unpaid care work, with Black women disproportionately burdened, contributing 44.2 % despite comprising only 24.1 % of the population. Men, conversely, consistently consume more care than they provide. Women with low education levels experience the most significant care burden. While education can partially mitigate disparities, it does not eliminate structural inequalities. The study concludes that the disproportionate care burden on women perpetuates cycles of social exclusion. It emphasizes the urgent need for public policies promoting shared responsibility for care work and addressing intersecting inequalities in an equitable and progressive manner.

Keywords

Care Work
Intersectional
Inequalities
Gender and Race
National Time
Transfer Accounts
Public Care
Policies

Enviado: 26/05/25

Aceptado: 28/10/25

Antecedentes

O trabalho de cuidados é central para a existência humana e o funcionamento das sociedades (Carrasco, 2003; Carrasco e Tello, 2013; Fisher e Tronto, 1990; Folbre, 2001; Pautassi, 2009). Ao sustentar famílias, comunidades e economias inteiras, ele assegura o bem-estar e a sobrevivência das pessoas. No entanto, grande parte desse trabalho é realizado de forma não remunerada, principalmente por mulheres e meninas de grupos socialmente marginalizados (Bidegain e Calderón, 2018; Daeren, 2005; ILO, 2018). Este cenário reflete desigualdades estruturais de gênero, raça, território e classe, com mulheres de baixa renda, especialmente aquelas racializadas, assumindo a maior carga do trabalho de cuidados sem compensação financeira ou reconhecimento social adequado (Lynch, 2007; Razavi, 2007; Vergès, 2020).

A divisão desigual do trabalho de cuidados perpetua ciclos de empobrecimento e exclusão, restringindo as oportunidades educacionais, profissionais, de autonomia econômica e de participação política para

essas mulheres (CEPAL, 2011; Costa, 2023; Queiroz e Diniz, 2023). A literatura denomina a falta de tempo que acarreta dessa desigualdade como “pobreza de tempo”, um conceito que evidencia como a escassez de tempo afeta significativamente a qualidade de vida das mulheres (Aloè, 2023; Antonopoulos et al., 2017; Durand et al., 2021; Hyde et al., 2020; Vickery, 1977).

O trabalho de cuidados envolve duas atividades interrelacionadas: o cuidado direto e o cuidado indireto. O primeiro diz respeito a ações pessoais e relacionais destinadas a beneficiar uma ou mais pessoas no domicílio, na família ou na comunidade – como alimentar um bebê ou prestar assistência a alguém doente. Já o cuidado indireto inclui tarefas como cozinhar, limpar e manter o ambiente apropriado para o bem-estar de quem recebe cuidados (ILO, 2018).

Além disso, o trabalho de cuidados pode ser exercido de forma remunerada, abrangendo atividades destinadas à produção de bens e serviços para terceiros, especialmente para aqueles que não conseguem cuidar totalmente de si mesmos. No Brasil, em 2019, cerca de 24 milhões de pessoas estavam empregadas em atividades ligadas ao setor de cuidados, o que representa aproximadamente 25 % da população ocupada no país (Guimarães e Pinheiro, 2023).

Em contrapartida, os cuidados não remunerados, frequentemente vistos como atos de amor, altruísmo ou obrigação feminina, são muito menos visíveis nas estatísticas oficiais (Bruschini, 2006). Esse tema tem sido cada vez mais explorado sob diferentes enfoques teóricos e disciplinares, atraindo a atenção de pesquisadoras/es em sociologia, economia, política e saúde pública, refletindo sua relevância crescente nas agendas de desenvolvimento e políticas sociais (Bidegain e Calderón, 2018).

A cor do cuidado

Para analisar como mulheres e homens alocam seu tempo, o conceito de divisão sexual do trabalho é fundamental. Feministas contemporâneas, como Beauvoir (2009), Oakley (1974) e Hartmann (1976), destacaram as dinâmicas complexas dessa divisão, evidenciando como as mulheres, historicamente, foram associadas ao trabalho reprodutivo e doméstico, enquanto os homens se vincularam às esferas públicas e produtivas.

Esse entendimento fornece uma lente crítica para compreender como o trabalho doméstico e de cuidados foi sistematicamente atribuído às mulheres, frequentemente tratado como algo “natural” ou “não produtivo”.

Contudo, abordar apenas as desigualdades de gênero ao discutir o trabalho de cuidados não remunerados é insuficiente, pois negligencia a interseccionalidade e a multiplicidade de opressões que afetam diferentes grupos de mulheres. As experiências de mulheres negras, indígenas, empobrecidas e de diferentes contextos territoriais ou étnico-raciais são profundamente distintas das experiências de mulheres brancas de classes sociais mais altas. Ignorar essa diversidade de realidades limita a compreensão da profundidade das desigualdades sociais (Saffioti, 2011). Assim, é urgente reequacionar o debate sobre o trabalho de cuidados, incorporando a interseccionalidade que abrange raça, classe, território e outras dimensões que estruturam as desigualdades no país.

O uso isolado e totalizante da categoria gênero encobre os impactos de raça, classe e outros aspectos das desigualdades (Duffy, 2007). As mulheres não apenas enfrentam desigualdades de gênero, mas também se encontram na interseção de múltiplas formas de discriminação e exclusão social (Crenshaw, 1989). González (2020), considerada pioneira do feminismo negro no Brasil, já apontava que, no contexto brasileiro, raça, sexo e classe compõem os princípios organizativos da estrutura social. Em seus escritos, a autora destaca a exploração da mulher negra, evidenciando como essas mulheres são duplamente oprimidas –tanto pelo racismo quanto pelo sexismo– e frequentemente relegadas a trabalhos domésticos e de cuidado, que são desvalorizados e mal remunerados.

Nos estudos sobre o trabalho de cuidados não remunerado, torna-se evidente o que Crenshaw (2002) define como “invisibilidade interseccional”. Parte dessa invisibilidade decorre do que a autora chama de “superinclusão”, isto é, quando a categoria “mulher” é tratada de forma universal, e questões interseccionais –como o racismo– são absorvidas pela análise de gênero sem considerar outras formas de discriminação que também afetam essas mulheres. Nesse contexto, é crucial reconhecer que processos sociais marcados pelo racismo atribuem às mulheres negras funções e tarefas historicamente associadas à servidão (Nogueira e Passos, 2020), impondo uma carga adicional de responsabilidades para esse grupo.

Ribeiro (2023) nos convida a refletir sobre a “cor do cuidado” no contexto brasileiro. A autora parte da premissa de que a organização política e social dos cuidados no país constitui, em si mesma, uma expressão de racismo. Esse modelo organizacional, segundo Ribeiro, ancora-se na exploração das mulheres negras, evidenciando heranças coloniais e escravocratas. Em decorrência disso, estabelece-se uma estratificação no campo dos cuidados, na qual as mulheres negras ficam na base da provisão desses serviços, enquanto elas e seus(as) filhos(as) permanecem à margem do usufruto.

A literatura brasileira segue documentando a persistência da sobrecarga feminina nas taxas de realização e nos tempos médios de afazeres e cuidado (Garcia e Marcondes, 2022). Estudos sobre papéis de gênero mostram que atitudes e práticas mais igualitárias variam por grupo, sugerindo que o “efeito de raça” pode oscilar conforme controles, indicadores e escalas analíticas (Picanço, Araújo e Covre-Sussai, 2021). Evidências dão conta de que, à medida que escolaridade, condição conjugal, composição etária dos dependentes, horas no trabalho pago são consideradas em modelos de regressão múltipla, o coeficiente de raça/cor nos diferenciais relacionados à divisão sexual do trabalho pode atenuar ou mesmo perder significância (Pinheiro et al., 2023; Pinheiro et al., 2018). Longe de negar o fenômeno racial, esse padrão sugere mediação por posição social nos resultados analisados e apresentam a limitação da métrica centrada nos indivíduos e não nas estruturas.

É nessa fissura que a estratégia metodológica desse artigo foi elaborada: ao observar fluxos etários de cuidado, reconstituímos quem transfere para quem, de modo a explorar, sob outra ótica, o diferencial de gênero×raça que as médias individuais tendem a aplainar. Ao empregar as Contas Nacionais de Transferência de Tempo (CNTT), deslocamos o foco do indivíduo para os fluxos intra-domiciliares de tempo ao longo do ciclo de vida que refletem as atuais estruturas de raça e gênero na sociedade.

A noção de “cor do cuidado” proposta por Ribeiro (2023) –segundo a qual a própria organização social e política dos cuidados no Brasil é expressão de racismo, assentada historicamente na exploração do trabalho de mulheres negras– oferece a moldura interpretativa central deste estudo. Ao tomar essa premissa como ponto de partida, perguntamos como tais

hierarquias raciais e de gênero se materializam no tempo: quem produz, consome e transfere cuidado ao longo do ciclo de vida?

Neste estudo, o objetivo é examinar uma parcela da organização social do trabalho de cuidados não remunerado no contexto das desigualdades interseccionais, especialmente aquelas que envolvem gênero, raça/etnia e nível socioeconômico. A pesquisa visa esclarecer como essas desigualdades estruturam a alocação de tempo em atividades de cuidado no Brasil, destacando, em particular, as disparidades que impactam mulheres negras e de baixa renda. Para isso, aplica-se a metodologia das CNTT (Donehower, 2014), a fim de analisar as desigualdades de gênero e raça tanto no trabalho remunerado quanto no não remunerado, além das transferências de tempo de cuidado no âmbito dos domicílios.

Considerando o contexto brasileiro e suas limitações, o trabalho tem três objetivos principais: i) estimar a divisão sexual e racial do trabalho de cuidados no Brasil; ii) mensurar as transferências de tempo com base nas informações disponíveis sobre o tempo dedicado aos cuidados não remunerados –representado pelas horas semanais despendidas em afazeres domésticos, e iii) explorar as desigualdades nas transferências de tempo ao longo do ciclo de vida, levando em conta marcadores sociais como gênero, raça, educação¹ e suas interações.

Ao explorar a economia dos cuidados sob as perspectivas geracional, de gênero e racial, este estudo busca contribuir para a compreensão das complexas dinâmicas das transferências de tempo e das formas de exclusão e exploração enfrentadas por esses grupos ao longo do ciclo de vida.

1 O nível educacional é utilizado como uma *proxy* para a posição dos indivíduos no sistema de classes sociais. No passado recente, o status socioeconômico da família determinava o acesso dos indivíduos aos níveis superiores de educação. Com a expansão educacional ocorrida no país nas últimas décadas, a correlação entre escolaridade e renda familiar se reduziu, mas níveis mais altos de escolaridade continuam positivamente associados às melhores oportunidades de trabalho e salários mais elevados.

Metodologia e dados

Embora seja essencial conhecer o trabalho doméstico individual para estimar a produção desse tipo de trabalho, essa abordagem oferece uma visão limitada da dinâmica familiar. A quantidade de trabalho doméstico realizada por uma pessoa está interligada ao trabalho dos outros moradores da casa. Muitas tarefas, como preparar refeições ou fazer compras, quando realizadas por um membro, dispensam a necessidade de outros repetirem a mesma atividade. Para uma análise abrangente é salutar investigar as transferências de tempo entre os moradores, considerando o trabalho doméstico que é produzido e consumido dentro do lar (Donehower, 2014; Vargha et al., 2017).

Para estimar as Contas Nacionais de Transferência de Tempo, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, com a correção proposta por Jesus et al. (2023).² Os dados ajustados pelas/os autoras/es fornecem, de forma inédita, o tempo dedicado aos cuidados diretos a membros do domicílio. Além disso, as/os autoras/es demonstram que a inclusão de uma lista mais abrangente de atividades na PNAD-Contínua não alterou o panorama geral das estatísticas de uso do tempo no Brasil. Ao contrário das expectativas iniciais, os novos dados sugerem uma quantidade menor de horas de trabalho doméstico realizadas por mulheres do que os dados originais da PNAD. O presente estudo opta por utilizar exclusivamente os dados da PNAD original, dado que esta versão tem sido objeto de maior escrutínio na literatura.

O termo transferência de tempo refere-se à quantidade de horas, sejam elas diárias ou semanais, que uma pessoa cede do seu próprio orçamento de tempo para realizar atividades das quais outras pessoas irão se beneficiar (Donehower, 2014; Vargha et al., 2017). Para medir a transferência de tempo é necessário identificar a quantidade individual produzida de

2 Jesus et al. (2023) aplicaram o método de padronização indireta para ajustar as estimativas de uso do tempo da PNAD, com o objetivo de corrigir a subnotificação do tempo dedicado ao cuidado direto no Brasil. Para isso, foram utilizados dados da Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT) da Colômbia como população de referência, considerando-se que as relações entre as horas dedicadas ao cuidado direto (DC) e indireto (IC) apresentam similaridades entre os dois países. Razões específicas de DC/IC foram calculadas com base em variáveis sociodemográficas, como gênero, idade, ocupação, localização e arranjos domiciliares. Essas razões foram então aplicadas aos dados da PNAD, para a imputação das horas subnotificadas de cuidado direto.

trabalho doméstico e a quantidade individual consumida de todo o trabalho doméstico produzido pelos moradores do domicílio. Dessa forma, o déficit ao longo do ciclo de vida, do ponto de vista individual, é estimado conforme a equação 1.

$$T(x) = C(x) - P(x) \quad (\text{equação 1})$$

Onde:

$T(x)$: déficit de horas de trabalho doméstico não remunerado na idade x

$C(x)$: consumo de horas de trabalho doméstico não remunerado na idade x

$P(x)$: produção de horas de trabalho doméstico não remunerado na idade x

A informação de $P(x)$, ou seja, a produção doméstica a cada idade, é proveniente do quesito sobre trabalho doméstico existente na PNAD após a correção aplicada por Jesus et al. (2023). Já a informação de $C(x)$, o consumo de trabalho doméstico a cada idade, é estimada a partir da metodologia proposta por Donehower (2014). Essa etapa define como o agregado da produção em cada domicílio foi consumida por cada morador. Essa metodologia assume que todos os moradores, independentemente da idade e do sexo, beneficiam-se igualmente das atividades domésticas gerais, como preparo de refeições, limpeza dos ambientes.

Por outro lado, a metodologia estabelece que apenas um grupo específico de moradores, como crianças, adultos ou pessoas idosas dependentes de cuidados, se beneficia das atividades de cuidado. Como só é possível observar o tempo dedicado ao trabalho doméstico por cada pessoa, mas não a forma como cada uma usufrui desses serviços, é necessário adotar um critério para distribuir os cuidados prestados no domicílio e calcular a quantidade consumida por cada morador. Nesse contexto, a idade dos residentes que potencialmente recebem esses cuidados é utilizada como *proxy*.

As demandas por cuidados variam conforme a idade das crianças, sendo mais intensas nos primeiros anos de vida, especialmente antes da entrada na escola (Anxo et al., 2011; Zagheni et al., 2015). Por essa razão, as idades das crianças foram categorizadas em 0 a 5 anos e 6 a 14 anos. Além disso, as pessoas idosas constituem outro grupo com potenciais

necessidades de cuidados, definido como moradores com 60 anos ou mais.³

O número médio de horas de cuidados foi estimado para domicílios, sem sobreposição entre os grupos: apenas crianças de 0 a 5 anos, apenas crianças de 6 a 14 anos e apenas pessoas idosas. Com essa estimativa, pode-se calcular uma escala de equivalência que define os pesos usados para distribuir o consumo das horas de cuidado, conforme a composição do arranjo domiciliar. Nos casos em que existem vários moradores em um mesmo grupo etário, o consumo de cuidado é dividido igualmente entre todos.

As CNTT oferecem uma estrutura metodológica para a avaliação tanto da magnitude do dividendo de gênero quanto das mudanças na especialização de gênero nas economias ao longo do tempo, incluindo a “economia do cuidado” oculta. Até o momento, as CNTT têm sido estimadas por meio de uma análise agregada. Neste artigo, no entanto, a análise foi realizada no nível individual ou familiar, investigando as dinâmicas das transferências de tempo dentro de cada domicílio. Isso representa um avanço em relação aos métodos anteriores, que se concentravam em análises agregadas (Istenič, Hammer e Prskawetz, 2019; Sambt, Donehower e Verbič, 2016; Vargha, Gál e Crosby-Nagy, 2017).

Por fim, investigou-se a especialização de gênero e de raça no trabalho. Uma forma de medir o nível de especialização é a partir da diferença entre as horas dedicadas por mulheres e homens às atividades de mercado (trabalho remunerado) e atividades não remuneradas (trabalho de cuidado não remunerado). Quanto maior a diferença, maior a especialização de gênero e de raça, com um grupo potencialmente mais inclinado a trabalhar no mercado enquanto o outro está mais envolvido em cuidados não remunerados. O grau de especialização foi estimado de modo a contrapor dois grupos: mulheres negras com baixa escolaridade e homens brancos com alta escolaridade, grupos diametralmente opostos quanto à responsabilização social e de gênero pelos cuidados no Brasil.

3 Nem toda pessoa idosa é demandante de cuidados, entretanto, a PNAD 2015 não permite identificar quais demandam assistência. Muitas, especialmente mulheres, ainda se dedicam intensamente ao trabalho de cuidados. Para mais informações, ver *Nota Informativa nº 5/2023: Envelhecimento e o Direito ao Cuidado (SNCF/MDS)*.

Resultados

A divisão sexual e racial do trabalho de cuidados

A Figura 1 apresenta, no painel A, a estrutura etária da população brasileira em 2015, conforme a PNAD daquele ano. A pirâmide etária reflete a distribuição da população por idade e sexo. Grupos como crianças, pessoas idosas e mesmo pessoas adultas tidas como economicamente ativas precisam de cuidados (educação, saúde, alimentação, apoio emocional), muitos dos quais são fornecidos pelo trabalho reprodutivo não remunerado, historicamente realizado por mulheres.

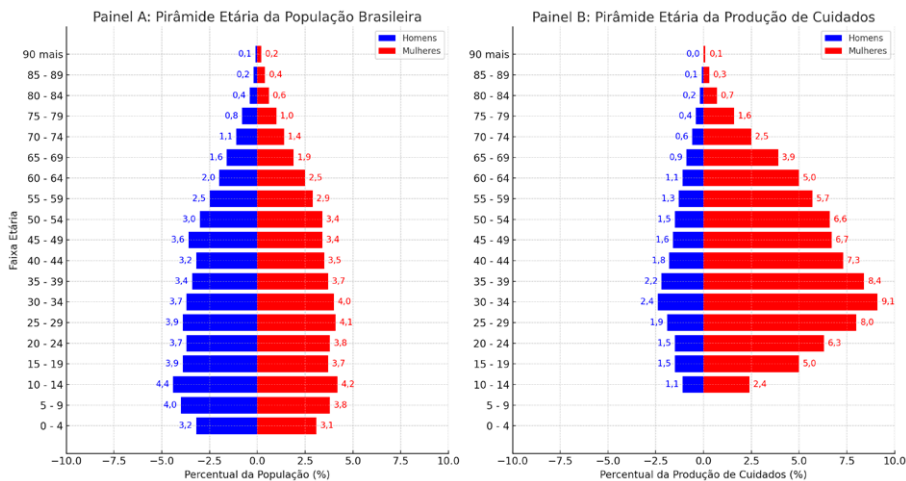
No painel B, por sua vez, é exibida a distribuição da produção de cuidados não remunerados no Brasil, por faixa etária e sexo. A interpretação dessa distribuição é semelhante à da pirâmide etária no painel A. No eixo horizontal, tem-se o percentual de cuidados produzidos por cada faixa etária, considerando o total de cuidados produzidos ao longo de um ano. Este gráfico ilustra de forma clara a desigualdade de gênero na distribuição do trabalho de cuidados não remunerados no Brasil.

Embora as mulheres representem 51,5 % da população brasileira, elas são responsáveis por 79,7 % da produção dos cuidados não remunerados na sociedade. Esse dado destaca o papel central das mulheres na sustentação das atividades essenciais para a continuidade da sociedade. A contribuição dos homens para a produção de cuidados é significativamente menor, independentemente da faixa etária, o que reflete a divisão sexual do trabalho que sobrecarrega as mulheres com responsabilidades não remuneradas.

Como efeito da atual estrutura etária, a faixa etária de 25 a 39 anos representa o pico da produção de cuidados entre as mulheres. Esse grupo, que representa 11,8 % da população, foi responsável por 25,6 % dos cuidados produzidos no país. Nesse período, muitas mulheres estão cuidando ativamente de filhos, parentes mais velhos, realizando outros trabalhos domésticos e atuando no mercado de trabalho. Observa-se também que, mesmo em faixas etárias mais avançadas, como entre 65 e 74 anos, as mulheres continuam contribuindo significativamente para a reprodução social, assumindo tarefas domésticas e de cuidado na velhice.

Os resultados indicam ainda que a participação feminina no cuidado começa desde as faixas etárias jovens. Em 2015, meninas de 10 a 14 anos produziram mais cuidados do que qualquer grupo etário de homens, o que retrata de forma objetiva a desresponsabilização dos homens por esse tipo de trabalho, visto que meninas adolescentes assumem mais responsabilidades domésticas que homens adultos.

Figura 1. Pirâmide etária da população brasileira e da produção de cuidados não remunerados. Brasil, 2015.



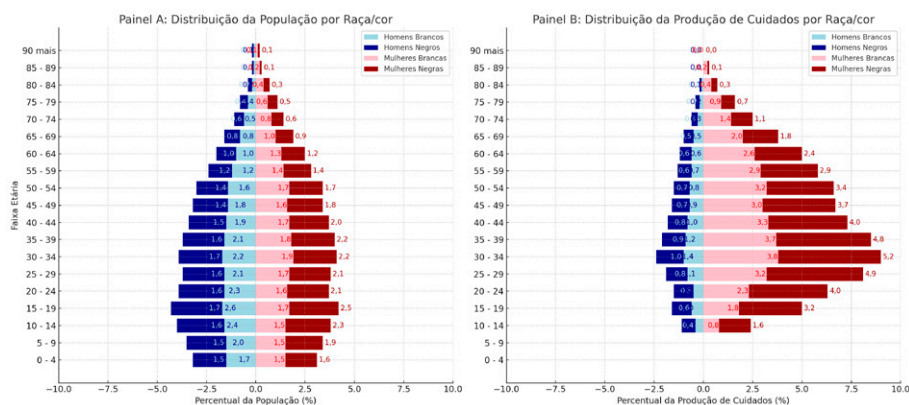
Fonte: PNAD 2015, dados corrigidos por Jesus et al. (2023).

A Figura 2 aprofunda a análise ao apresentar a distribuição da população e da produção de cuidados segundo idade, sexo e raça/cor. Os gráficos mostram a divisão do trabalho de cuidado não apenas por gênero, mas também por raça, oferecendo uma visão mais complexa e reveladora das desigualdades no trabalho de cuidados não remunerados no Brasil.

As mulheres negras aparecem como o grupo mais sobrecarregado, seguidas pelas mulheres brancas, evidenciando que a raça também desempenha um papel importante na divisão desse trabalho. Mulheres negras compõem 24,1 % da população, mas são responsáveis por 44,2 % da carga de cuidados não remunerados. Esse fardo está relacionado à interseção entre desigualdade de gênero e raça, que coloca as mulheres negras em posição de maior vulnerabilidade. Muitas delas acumulam trabalho reprodutivo em suas casas e trabalho remunerado em setores

de cuidado, como empregadas domésticas e cuidadoras. Além disso, mulheres negras têm menos acesso a serviços públicos e/ou privados de cuidado, auferem menores rendas e, portanto, enfrentam uma maior necessidade de dedicar-se ao cuidado não remunerado em seus lares.

Figura 2. Pirâmide etária da população brasileira e da produção de cuidados não remunerados por raça/cor. Brasil, 2015.



Fonte: PNAD 2015, dados corrigidos por Jesus et al. (2023).

Este resultado reflete, também, a herança histórica da escravidão e a desigualdade racial no Brasil, onde as mulheres negras, tradicionalmente, foram encarregadas do trabalho de cuidado, tanto dentro quanto fora de suas casas, em condições de exploração, subvalorização e precariedade (González, 2020). A desigualdade racial e de gênero no trabalho de cuidado tem impactos profundos na mobilidade social. Mulheres negras frequentemente são forçadas a escolher entre cuidar ou ter um trabalho remunerado, o que limita seu acesso a educação, saúde e melhores oportunidades de emprego.

À medida que a idade avança, as mulheres idosas negras (60 anos ou mais), mesmo não sendo o grupo majoritário nessas idades na população, continuam a fornecer uma quantidade considerável de cuidados. Isso pode estar relacionado à falta de infraestrutura de cuidado no Brasil, onde muitas vezes o cuidado de pessoas idosas ou netos é transferido para as mulheres mais velhas da família, especialmente em famílias empobrecidas.

Entre os homens, tanto brancos quanto negros têm uma contribuição muito menor na produção de cuidados, com uma ligeira superioridade do percentual de produção dos homens negros. Os homens brancos têm a menor contribuição no total de horas dedicadas ao trabalho de cuidados, sugerindo que são os menos envolvidos nesse tipo de trabalho. Enquanto representam 21,5 % da população, esse grupo aporta apenas 8,8 % para a produção anual de cuidados. Um contraste é evidente: o trabalho de cuidados produzido por meninas e mulheres negras de 10 a 19 anos ultrapassa toda a produção de cuidados acumulada dentro do grupo de homens brancos entre os 30 e os 59 anos. Esse dado se relaciona a privilégios socioeconômicos e culturais, onde homens brancos podem ter maior acesso a serviços terceirizados de cuidados, mais oportunidades de delegar esse trabalho, seja para pessoas que o façam de forma remunerada ou não, e menos cobranças por responsabilização.

A desigualdade de gênero e raça na distribuição do trabalho de cuidados não é reflexo de escolhas individuais ou negociações interpessoais, mas parte de uma organização social que engloba o trabalho remunerado e não remunerado. Esta situação está inserida em um sistema econômico e político que possui normas e relações de poder mais ou menos explícitas (Esquivel, Faur e Jelin, 2012). Embora todas as pessoas necessitem de cuidado, de forma mais ou menos intensa ao longo do ciclo de vida, nem todas as pessoas na sociedade são responsabilizadas por esse tipo de trabalho.

Compreender o cuidado como parte de uma organização social e política transcende o âmbito dos domicílios, já que políticas públicas podem substituir parte importante dos cuidados não remunerados. O acesso ao compartilhamento dos cuidados, entretanto, é atravessado pela posição socioeconômica das famílias, sendo as mais empobrecidas as mais dependentes de serviços públicos. A taxa de atendimento escolar de crianças de 0 a 3 anos é significativamente maior para os 20 % mais ricos (53,6 %) do que para os 20 % mais pobres (28,2 %), evidenciando uma desigualdade no acesso a esse serviço (INEP, 2024). Desse modo, o tempo dedicado aos cuidados não remunerados depende, não apenas do grau de dependência das pessoas do arranjo familiar, mas também do grau de acesso aos serviços públicos e privados de cuidados não domésticos.

O ciclo de vida e as transferências de cuidados em uma abordagem interseccional

O ciclo de vida econômico, que abrange os padrões de consumo e produção ao longo das idades, é um conceito central na abordagem das Contas Nacionais de Transferência (NTA, 2017; United Nations, 2013). Nessa perspectiva, a diferença entre o que uma pessoa consome e o que ela produz indica o déficit ao longo do ciclo de vida. Quando o consumo excede a produção, há um déficit positivo; quando ocorre o oposto, ou seja, a produção é maior que o consumo, o déficit é negativo. Nos momentos em que o consumo supera a produção, essa diferença é compensada por transferências. Esse conceito pode ser aplicado ao trabalho de cuidados não remunerado, em que o déficit reflete a diferença entre as horas consumidas desse trabalho e as horas produzidas. Um déficit positivo indica que foram consumidas mais horas de trabalho de cuidados do que produzidas, enquanto um déficit negativo mostra o contrário, com o excedente de produção sendo transferido para outros membros da família (Donehower, 2014; United Nations, 2013).

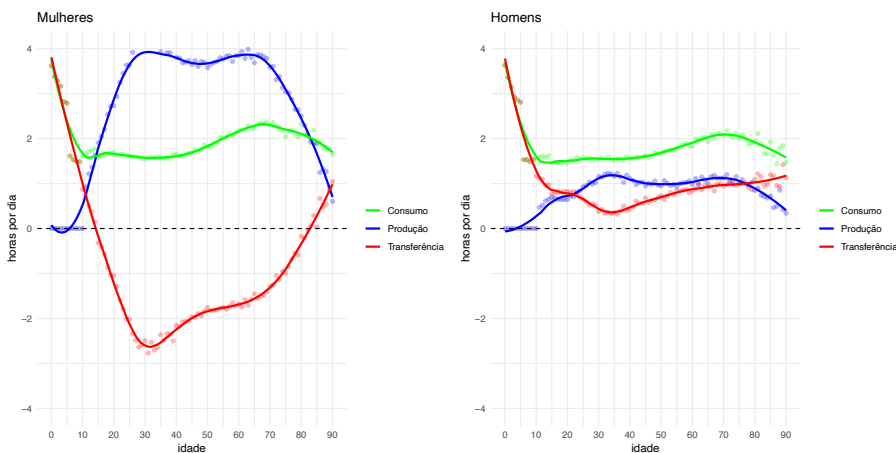
Gênero e idade

A produção, o consumo e as transferências de tempo de trabalho de cuidados são apresentados na Figura 3, que explora, além do gênero, também a perspectiva do ciclo de vida. A disparidade de gênero no trabalho de cuidados, como já explorado, emerge desde os 10 anos de idade, pois meninas adolescentes passam mais tempo na produção doméstica do que meninos da mesma idade. Também se observa que o consumo de trabalho de cuidados para ambos os gêneros é relativamente baixo na idade ativa, aumentando conforme se aproxima dos 70 anos, sendo ainda mais intenso nas idades iniciais. O consumo de cuidados é mais elevado para os recém-nascidos: uma criança com menos de um ano consome quase 4 horas de trabalho doméstico não remunerado por dia. A curva de consumo diminui gradualmente com a idade, atingindo o mínimo entre 20 e 30 anos, com valor inferior a 2 horas. Após os 40 anos, a curva volta a subir, alcançando um segundo pico de aproximadamente 2 horas aos 70 anos. Estes valores estimados para as horas podem ser aproximações grosseiras, dadas a limitação de dados que temos, mas as diferenças entre os subgrupos devem corresponder à realidade, dado que o grau de subdeclaração não deve variar muito segundo os grupos.

Sob a ótica das transferências, verifica-se que as mulheres atingem um pico de excedente na produção doméstica por volta dos 30 anos, produzindo quase três horas por dia a mais do que consomem. Esse pico coincide com a meia-idade, sugerindo possíveis impactos na vida profissional devido ao aumento das responsabilidades domésticas. Essas curvas mostram a quantidade de serviços domésticos sendo transferidos entre pessoas de diferentes grupos etários ou gênero em termos líquidos num mesmo domicílio.

De maneira oposta, os homens, em média, não geram excedente em nenhuma fase do seu ciclo de vida; eles consomem mais trabalho de cuidados do que produzem, sendo assim consumidores líquidos desse trabalho. Um padrão de consumo constante por parte dos homens sublinha os papéis de gênero tradicionais que prevalecem, apesar das intensas mudanças socioeconômicas, decorrentes da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho.

Figura 3. Contas Nacionais de Transferência de Tempo (horas por dia) por idade e gênero, Brasil, 2015.



Fonte: PNAD 2015, correção aplicada por Jesus et al. (2023).

Escolaridade, gênero e idade

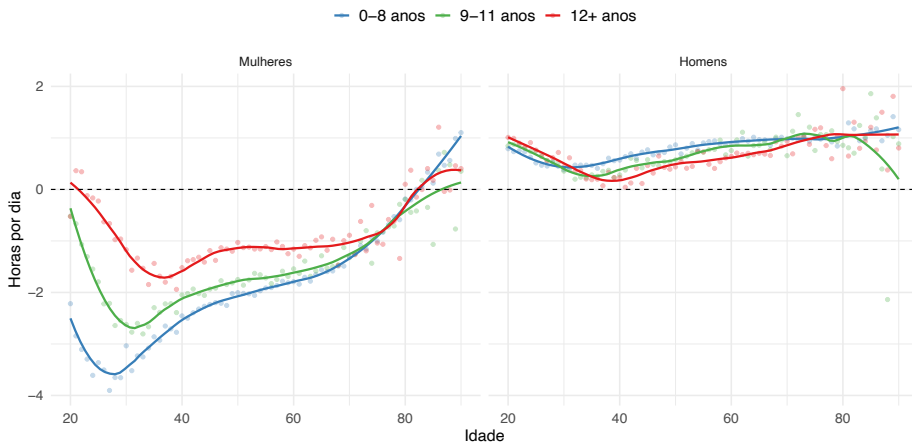
A Figura 4 apresenta a relação entre a escolaridade e os padrões etários de transferências de trabalho doméstico entre mulheres e homens no Brasil. A análise delinea diferenças claras na dinâmica do trabalho de

cuidados conforme os níveis de educação, medidos em anos de escolaridade (0 a 8 anos, 9 a 11 anos e 12 anos ou mais). Mulheres com níveis mais baixos de educação exibem excedentes substanciais no ciclo de vida em relação ao trabalho doméstico. Nota-se também que o comprometimento das mulheres com as atividades de cuidado ocorre mais cedo para aquelas com menor escolaridade, em comparação com as de maior nível educacional. Em contraste, os homens não apresentam diferenças significativas em seu consumo líquido de serviços domésticos em todos os níveis de educação ao longo da vida.

Esses resultados destacam uma disparidade pronunciada nas contribuições para o trabalho doméstico entre mulheres brasileiras, em que mulheres com menor nível de educação assumem maiores responsabilidades domésticas. O padrão consistente de consumo líquido entre homens em todos os níveis de educação sublinha normas de gênero profundamente enraizadas nas responsabilidades com o trabalho doméstico. Evidentemente, estes diferenciais por nível de escolaridade estão diretamente relacionados às diferenças na renda familiar. Famílias de baixa renda, além de enfrentarem maiores restrições no acesso a serviços básicos, como energia elétrica, água encanada e gás de cozinha, também têm menos acesso a bens e serviços que facilitam o trabalho doméstico, como eletrodomésticos, refeições prontas e serviços de entrega a domicílio. Da mesma forma, a renda permite a contratação de serviços substitutos dos cuidados diretos e indiretos realizados pelos próprios membros das famílias. Além disso, há diferenciais no tamanho e composição dos domicílios segundo o nível educacional. No Brasil, a despeito da queda generalizada na fecundidade, domicílios de menor status socioeconômico também são os que apresentam maior relação entre o número de dependentes e adultos, sobrecarregando ainda mais as mulheres desse grupo.

De fato, Wajnman et al. (2024) mostraram que apenas os domicílios localizados entre os 18 % mais ricos do país consomem serviços de cuidados domiciliares remunerados, sendo que os demais 82 % solucionam suas demandas de cuidados através do trabalho dos próprios membros da família, notadamente as mulheres. Os achados aqui apontados indicam que, além da maior quantidade de horas de trabalho doméstico, os diferenciais de gênero nestas atividades são mais pronunciados nos domicílios mais empobrecidos.

Figura 4. Contas Nacionais de Transferência de Tempo (horas por dia) por idade, gênero e escolaridade. Brasil, 2015.



Fonte: PNAD 2015, correção aplicada por Jesus et al. (2023).

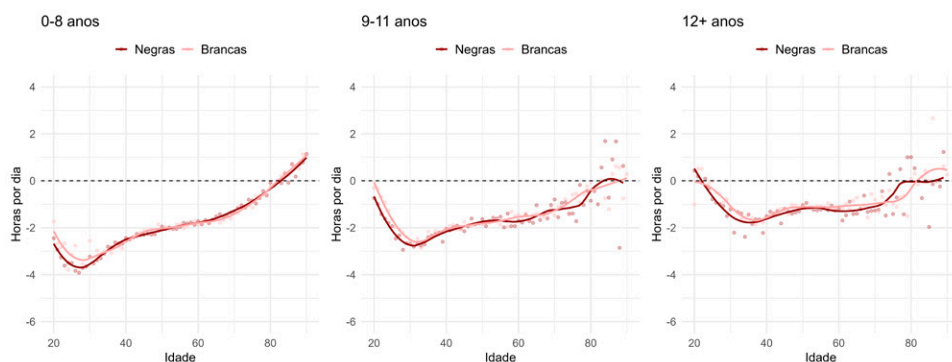
Raça/cor, escolaridade, gênero e idade

A Figura 5 mostra a dinâmica simultânea de raça e educação na distribuição do trabalho doméstico entre mulheres negras e brancas no Brasil. Esses achados indicam que a educação atua como um fator crítico na compreensão das transferências de tempo de cuidado entre diferentes grupos raciais. Mulheres negras e brancas com maiores níveis de educação exibem um menor nível de tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado e experimentam essas demandas mais tarde em seus ciclos de vida. Além disso, os resultados sugerem que, dentro de cada grupo de escolaridade, as mulheres negras transferem, relativamente, mais cuidado que as mulheres brancas, nas primeiras quatro décadas de vida que são fundamentais para o sucesso das pessoas ao longo do curso de vida. Uma análise estatística multivariada seria necessária para confirmar os padrões etários dessas diferenças intra-grupos de educação e examinar o papel de fatores como fecundidade no período reprodutivo e morbidade nas idades avançadas para estimar as variações entre grupos de raça/cor.

Apesar dos desafios sociais que afetam desproporcionalmente as mulheres negras, um maior nível de educação parece mitigar a

intensidade das demandas de trabalho doméstico de maneira similar para ambos os grupos. Isso sugere que a educação poderia ser uma alavanca poderosa para reduzir as disparidades raciais no trabalho doméstico. Entretanto, é importante considerar que pessoas pretas e pardas, tanto homens quanto mulheres, são super-representadas entre aquelas com ensino fundamental completo e sub-representadas entre as que possuem ensino superior completo (Melo et al., 2022). Aprimorar as oportunidades educacionais para mulheres, principalmente para aquelas de grupos e territórios marginalizados, pode levar a distribuições mais equitativas do trabalho doméstico, tangenciando assim algumas das desigualdades estruturais na sociedade brasileira.

Figura 5. Transferências Líquidas de Tempo (horas por dia) por idade, raça e anos de escolaridade, mulheres, Brasil, 2015.



Fonte: PNAD 2015, correção aplicada por Jesus et al. (2023).

Responsabilidade pelo domicílio, raça/cor e gênero

A seguir, analisa-se a distribuição das mulheres brasileiras com 18 anos ou mais que são responsáveis pelo domicílio ou cônjuge do responsável segundo o nível de transferências de tempo de cuidado por semana. Os resultados são apresentados na Figura 6, que categoriza as mulheres em grupos com base no tempo semanal dedicado ao trabalho doméstico não remunerado:

1. Consumidora líquida: mulheres cujo consumo de trabalho de cuidado excede sua produção no domicílio.

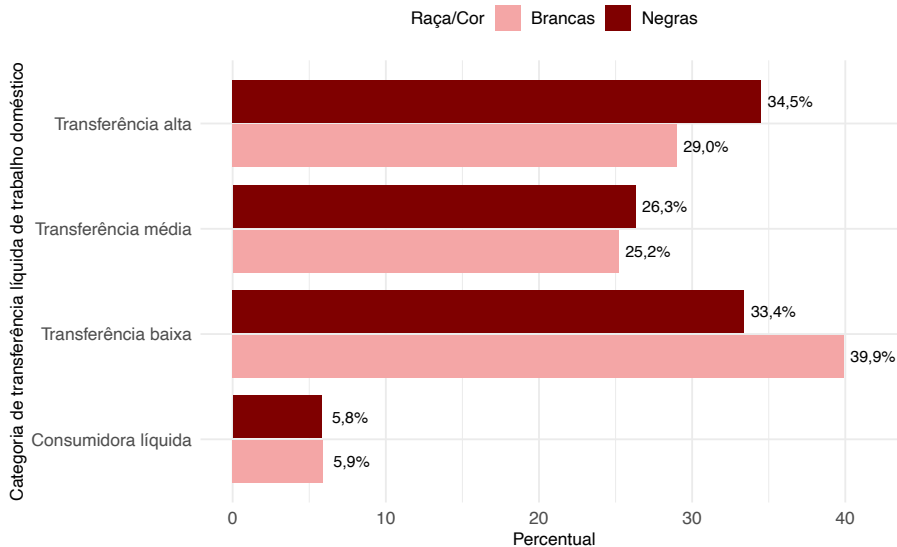
2. Transferência baixa: mulheres que transferem entre 0 e 10 horas por semana no domicílio.

3. Transferência média: mulheres que transferem entre 10 e 20 horas por semana no domicílio.

4. Transferência alta: mulheres que transferem mais de 20 horas por semana no domicílio, o que frequentemente limita sua participação no mercado de trabalho.

Os dados revelam que uma em cada três mulheres negras transfere mais de 20 horas semanais de trabalho doméstico para os membros de seu domicílio, sendo este o cenário mais comum para esse grupo. Em contraste, para as mulheres brancas, a categoria de 0 a 10 horas semanais é a mais frequente, representando 35 % das mulheres brancas. Esses resultados comprovam, sob outra ótica, as desigualdades estruturais raciais e de gênero persistentes no Brasil, especialmente em relação ao fardo do trabalho doméstico não remunerado.

Figura 6. Distribuição percentual de mulheres a partir de 18 anos por categoria de transferência líquida de tempo (horas semanais), segundo por raça/cor, Brasil, 2015 (responsável ou cônjuge do responsável).

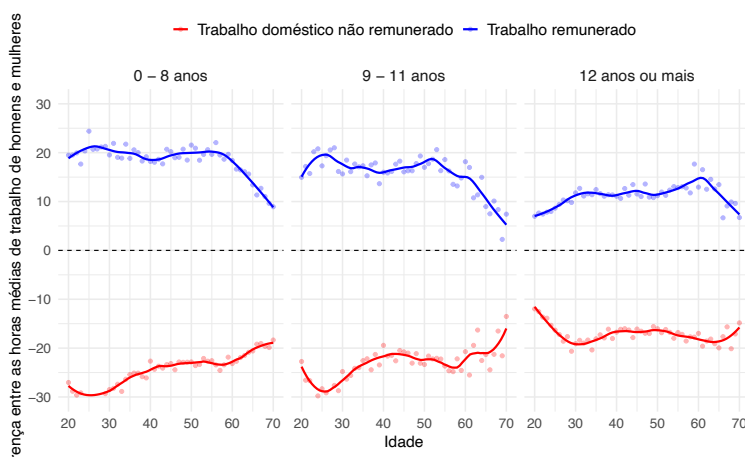


Fonte: PNAD 2015, correção aplicada por Jesus et al. (2023).

Especialização no trabalho por raça/cor, escolaridade, gênero e idade

A dinâmica econômica da sociedade apresenta claras diferenças de gênero: homens, mulheres, meninos e meninas especializam-se em atividades distintas e têm padrões variados de produção e consumo (Donahower, 2020). A especialização refere-se à alocação diferenciada de tempo entre mulheres e homens para o trabalho remunerado ou não, sendo usada para medir o *gap* de gênero em diferentes contextos. A análise da Figura 7 revela a especialização média nas horas de trabalho entre homens e mulheres em dois tipos de atividades: trabalho remunerado e não remunerado. Essa especialização é examinada também nas três categorias de escolaridade e mostra uma distribuição desigual do tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado (linha vermelha) e ao trabalho remunerado (linha azul). O gráfico ilustra como essa diferença evolui ao longo das idades em cada nível educacional.

Figura 7. Especialização: diferença média nas horas de trabalho (remunerado e não remunerado) entre homens e mulheres por semana, por idade e nível de escolaridade, Brasil, 2015.



Fonte: PNAD 2015, correção aplicada por Jesus et al. (2023).

No grupo de baixa escolaridade (0-8 anos), a maior discrepância nas horas de trabalho ocorre por volta dos 27 anos, atingindo um máximo de 47,2 horas. Nesse estágio, as mulheres dedicam significativamente mais tempo ao trabalho de cuidados não remunerados em comparação aos homens da mesma idade. Embora essa diferença diminua com o

envelhecimento, a disparidade permanece evidente ao longo do tempo. No grupo de escolaridade intermediária (9-11 anos), há uma mudança no padrão de especialização: ainda existe um pico de diferença, mas o desnível nas horas dedicadas ao trabalho doméstico é menos acentuado, indicando uma tendência de redução da desigualdade à medida que a escolaridade aumenta.

Por fim, no grupo de alta escolaridade (12 anos ou mais), o *gap* de gênero é significativamente menor, especialmente entre os jovens. Aos 27 anos, a diferença nas horas de trabalho entre homens e mulheres é de 14,7 horas. Embora a especialização ainda esteja presente, é muito menos pronunciada do que nos grupos com menor escolaridade, e a disparidade nas horas dedicadas ao trabalho doméstico e ao trabalho remunerado diminui de forma expressiva ao longo do tempo.

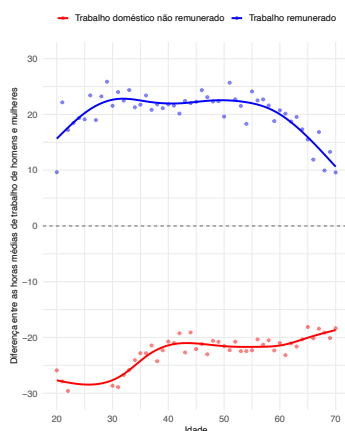
Esses resultados sugerem que a escolaridade desempenha um papel relevante na mitigação das desigualdades de gênero, tanto no mercado de trabalho remunerado quanto no trabalho doméstico. Pessoas com maior escolaridade tendem a ter uma divisão mais equilibrada de horas entre os dois tipos de trabalho. Contudo, isso não altera o fato de que os homens continuam dedicando-se mais ao trabalho remunerado do que as mulheres, que por sua vez continuam mais envolvidas no trabalho de cuidados ao longo de toda a vida. Além disso, a idade em que ocorre a maior diferença na especialização varia conforme o nível educacional, manifestando-se mais cedo em grupos com menos anos de estudo e mais tarde em grupos mais escolarizados. Esse padrão sugere que fatores como o ciclo de vida, casamento e filhos/as podem ter impactos diferentes dependendo do nível de escolaridade. A redução das disparidades de gênero entre grupos com maior escolaridade reflete a relação entre autonomia financeira e maior participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado.

No Brasil, além da escolaridade, a raça desempenha um papel importante na ampliação das desigualdades de gênero em relação à especialização do trabalho. As mulheres negras, especialmente aquelas com menor escolaridade, enfrentam uma sobrecarga ainda maior de trabalho de cuidados não remunerado, em comparação às mulheres brancas e aos homens, como já demonstrado. Essa desvantagem interseccionada, de gênero e raça, perpetua as desigualdades não apenas no

tempo dedicado ao trabalho de cuidados, mas também nas oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho remunerado.

Ademais, a intersecção de gênero, raça e classe social agrava ainda mais as desigualdades. Mulheres negras de baixa renda geralmente têm menos acesso a serviços públicos de cuidado, como creches e assistência para pessoas idosas, o que as obriga a arcar com a maior parte do trabalho de cuidados dentro do ambiente familiar. Isso limita suas oportunidades de investir em educação e se engajar em empregos mais qualificados e bem remunerados. A intersecção dessas dimensões resulta em um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica, onde a sobrecarga de trabalho de cuidado restringe a autonomia financeira e a participação política dessas mulheres.

Figura 8. Especialização: mulheres negras com até ensino fundamental completo x homens brancos com ensino superior, diferença média nas horas de trabalho (remunerado e não remunerado) por semana, por idade, Brasil, 2015.



Fonte: PNAD 2015, correção aplicada por Jesus et al. (2023).

O gráfico da Figura 8, que compara os perfis extremos em termos de horas dedicadas aos trabalhos remunerado e não remunerado: mulheres negras com baixa escolaridade e homens brancos com alta escolaridade, destaca uma clara desigualdade na divisão do trabalho remunerado e não remunerado entre os dois grupos. As mulheres negras com baixa escolaridade (até ensino fundamental) têm uma desvantagem persistente, com uma menor participação no trabalho remunerado ao longo

de quase toda a vida e maior participação no trabalho de cuidados não remunerado. Aos 25 anos, em média, uma mulher negra de baixa escolaridade realiza mais de 30 horas semanais de trabalho de cuidados além da carga horária de um homem branco com a mesma idade e que tenha concluído o ensino superior. A diferença também se apresenta no mercado de trabalho, onde eles, na mesma idade, acessam, em média, mais de 20 horas de trabalho remunerado dos que as mulheres.

Essa situação também se reflete nas diferentes formas como o ciclo de vida afeta de forma distintas mulheres distintas. As mulheres negras frequentemente enfrentam uma jornada dupla ou até tripla ao longo de toda a vida, combinando trabalho doméstico, cuidados e emprego formal ou informal de baixa remuneração. Essa divisão brutalmente desigual do trabalho perpetua as desigualdades estruturais e limita o acesso a oportunidades de mobilidade social.

Discussão

O Estado pode perpetuar as desigualdades históricas de gênero e raça ou pode optar por transformá-las (Rodríguez Enríquez e Marzonetto, 2015). Ao menos desde a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe de 2004, uma sequência de consensos⁴ tem sido firmada em torno da necessidade de transformação da organização social dos cuidados e da urgência do desenvolvimento e do fortalecimento de políticas e serviços universais de cuidado (Marcondes et al., 2024).

Nessa agenda acordada na região, os governos comprometem-se a adotar medidas de corresponsabilidade social pelos cuidados, visando uma distribuição equitativa das responsabilidades bem como promoção do desenvolvimento e fortalecimento de políticas e serviços universais de cuidado, reconhecendo o direito ao cuidado e incentivando a prestação compartilhada deste entre o Estado, setor privado, sociedade civil e os domicílios. Essa agenda igualmente defende a criação de mecanismos de medição periódica do trabalho não remunerado e a alocação de recursos para tal fim nos orçamentos públicos.

4 Trata-se dos seguintes acordos: Consenso de México (2004), Consenso de Quito (2007), Consenso de Brasília (2010), Consenso de Santo Domingo (2013), Estratégia de Montevideo (2016), Compromisso de Santiago do Chile (2020) e Compromisso de Buenos Aires (2022).

O Brasil parece ter, recentemente, optado pelo caminho de enfrentar tais desigualdades. Em março de 2023, o Governo Federal decretou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar a Política Nacional de Cuidados (PNaC). Essa política pública visa garantir o direito ao cuidado de todas as pessoas que dele necessitam ao longo do ciclo da vida, além de garantir trabalho decente a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores do cuidado.⁵

É essencial, para a construção de qualquer política deste tipo, um diagnóstico sobre a organização social dos cuidados que considere o contexto das desigualdades sociais em suas intersecções com gênero, raça/etnia e idade/geração. Nesse sentido, este artigo contribui para essa agenda, identificando a realidade empírica da economia geracional, de gênero e raça no trabalho de cuidados no Brasil.

Novas visões sobre o trabalho de cuidados são oferecidas aqui. A primeira delas é sobre a mensuração da divisão sexual e racial do trabalho de cuidados, apresentando as diferenças nas contribuições à reprodução social por mulheres e homens segundo raça/cor. As mulheres negras, da adolescência à velhice, são as protagonistas na provisão desses cuidados no país. As mãos que cozinham, lavam, passam, assistem crianças e pessoas idosas são primordialmente negras. Estarem na base dessa provisão, entretanto, não se traduz em receberem mais cuidados.

Dialogando com a proposta da “cor do cuidado” (Ribeiro, 2023), segundo a qual a organização social dos cuidados no Brasil expressa hierarquias raciais, esse estudo contribui para o debate de achados nacionais que, por distintas metodologias e controles, ora atenuam, ora confirmam diferenciais por raça na realização do cuidado. Essa aparente oscilação não contradiz a tese central; antes, indica que parte do efeito racial pode ser intermediada por composição domiciliar, idade dos dependentes, normas de gênero e escolaridade. Ao modelarmos o cuidado como fluxo transferido, encontramos que as mulheres negras aparecem, de forma sistemática, como transferidoras líquidas por longos trechos do ciclo de vida, inclusive na adolescência e na meia-idade, compatível com

5 Detalhes sobre o lançamento do GTI de Cuidados: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/05/governo-lanca-grupo-para-elaborar-a-politica-nacional-de-cuidados>

um arranjo social que desloca para esse grupo a provisão cotidiana de bem-estar.

Nossos resultados –mulheres respondem por 79,7 % do cuidado não remunerado e mulheres negras concentram 44,2 % da produção embora sejam 24,1 % da população– são coerentes com descrições brasileiras do gradiente de gênero e raça no cuidado e esclarecem divergências na literatura: quando controles absorvem parte do coeficiente racial em modelos de tempo individual, os perfis etários de transferências mostram a persistência da sobrecarga, sobretudo nas idades em que se concentram crianças pequenas e apoio intergeracional. Assim, diferenças por raça não são artefato de modelagem, mas expressão de múltiplos mecanismos que a abordagem por fluxos ajuda a tornar visíveis. Esses resultados mostram que a “cor do cuidado” não é mero diagnóstico histórico, mas um padrão corrente, observável quando tratamos o cuidado como fluxo entre pessoas e idades.

A segunda visão aqui apresentada, sob a ótica do consumo do cuidado, permite evidenciar que, quando os cuidados e as demais atividades domésticas feitas dentro dos domicílios não são levados em consideração, incorre-se em uma subestimação do real valor consumido pelas famílias, que vai além dos bens e serviços adquiridos no mercado. Ao considerar, ainda, as transferências, esse estudo também contribui para que se visualize o trabalho de cuidado como um recurso cedido pelas mulheres para o bem-estar das famílias. Essa transferência se faz tão mais presente quanto mais ausente é o Estado e as demais opções de compartilhamento dessa responsabilidade.

A abordagem das Contas Nacionais de Transferência de Tempo mantém no radar um aspecto importante sobre os cuidados domiciliares: trata-se de um trabalho com caráter relacional e interdependente (Fisher e Tronto, 1990), já que existe uma relação entre quem cuida e quem é cuidado. Todo o excedente de trabalho doméstico produzido é transferido. As mulheres negras, que são o grupo que mais transfere esse trabalho, geram cuidados principalmente para as crianças, as principais beneficiárias líquidas do trabalho doméstico. Esse é um indicativo de grupos a serem priorizados do ponto de vista de oferta de serviços que substituam o trabalho doméstico não remunerado e alivie as longas jornadas dessas mulheres. Torna-se claro como esta análise pode orientar a formulação

de políticas públicas mais direcionadas. Compreender como as desigualdades se manifestam em diferentes idades e em distintos grupos sociais também permite que programas de intervenção sejam ajustados para abordar as necessidades específicas em momentos críticos do curso de vida.

A relevância de construir perfis etários de consumo, produção e transferência de cuidados usando microdados é múltipla, especialmente quando se trata de analisar desigualdades sociais, econômicas ou de gênero. Eles possibilitam a identificação de padrões e tendências específicas que poderiam permanecer ocultos se apenas dados agregados fossem utilizados. Esta precisão é essencial para entender como variáveis como idade, raça/cor e gênero interagem em diferentes contextos.

Além disso, ao ilustrar diferentes faixas etárias, é possível discernir em quais fases da vida as desigualdades se tornam mais acentuadas. Por exemplo, as disparidades de gênero frequentemente se intensificam durante os anos em que as mulheres estão mais engajadas com a maternidade, períodos em que as normas sociais relativas ao cuidado infantil podem influenciar significativamente a distribuição de responsabilidades de trabalho remunerado e não remunerado. Esse resultado se comprovou na análise de especialização de gênero em trabalhos remunerados e não remunerados, sendo a especialização ainda mais pronunciada na contraposição entre mulheres negras de baixa escolaridade e homens brancos de alta escolaridade.

Embora o cuidado na Política Nacional de Cuidados seja entendido como um direito humano universal (todas as pessoas têm direito ao cuidado), esse direito universal deverá ser materializado por meio de políticas públicas que abordem o universalismo a partir de um princípio progressivo e sensível às diferenças.⁶ Isso significa que, na impossibilidade de garantir de forma imediata o acesso irrestrito às políticas de cuidados para todas as pessoas, deve-se priorizar grupos sociais com maiores necessidades. Então, progressivamente, o alcance pode ser ampliado até abarcar toda a população.

6 Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados. <https://www.gov.br/participamaibrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

O universalismo progressivo, por sua vez, aponta para a necessidade de considerar, de forma sistemática, as desigualdades estruturantes—como gênero, raça, etnia, classe, idade, deficiência e território, assim como seus entrecruzamentos e encadeamentos ao longo do ciclo de vida das pessoas (Brasil, 2023). Nesse sentido, os resultados aqui apresentados podem contribuir para a compreensão das desigualdades estruturais e interseccionais que constituem a organização social dos cuidados no Brasil.

Um ponto que o ciclo de vida torna visível é a dupla janela crítica de sobrecarga: infância/adolescência, em que meninas negras já aparecem como transferidoras líquidas de trabalho doméstico, com potenciais efeitos sobre desempenho e permanência escolar; e maternidade/idade adulta, quando o excedente feminino alcança o pico e se articula com cuidado de longa duração. Esse diagnóstico é operacionalizável para a PNAC: priorizar territórios com alta incidência de jovens cuidadoras, combinando mais vagas de creche e pré-escola, escola em tempo integral, serviços de cuidado no contraturno, apoio à atenção domiciliar para pessoas idosas/dependentes e mecanismos de permanência escolar (identificação ativa de estudantes com responsabilidades de cuidado, transporte escolar e tutoria). Assim, o direito universal ao cuidado se materializa via universalismo progressivo, começando por onde o tempo das meninas negras já está sendo cedido ao bem-estar familiar.

A capacidade de monitorar desigualdades ao longo do tempo é outra vantagem dos perfis etários aqui apresentados. Mantido tudo o mais constante, os perfis etários de consumo, produção e transferência de trabalho de cuidados podem nos indicar o que poderia se passar com a população, em face da mudança de quaisquer dos parâmetros, por exemplo, a aceleração do envelhecimento populacional da qual estamos diante. Além disso, ao analisar diferentes coortes, torna-se possível entender como as desigualdades são transmitidas ou modificadas entre gerações, identificando as raízes de desigualdades persistentes.

Finalmente, a diversidade cultural e social influencia diretamente as dinâmicas de gênero e idade. Perfis etários que levam em conta as particularidades de diferentes contextos socioculturais são essenciais para ajustar análises e fazer intervenções via políticas públicas.

Referências

- Aloè, E. (2023). Time and income poverty measurement: An ongoing debate on the inclusion of time in poverty assessment. *Social Indicators Research*, 169, 1-40. <https://doi.org/10.1007/s11205-023-03144-3>
- Anxo, D., Flood, L., Mencarini, L., Pailhé, A., Solaz, A. e Tanturri, M. L. (2011). Gender differences in time use over the life course in France, Italy, Sweden, and the US. *Feminist Economics*, 17(3), 159-195. <https://doi.org/10.1080/13545701.2011.582822>
- Antonopoulos, R., Esquivel, V., Masterson, T. e Zacharias, A. (2017). Time and income poverty in the City of Buenos Aires. In R. Connelly e E. Kongar (Eds.), *Gender and time use in a global context* (pp.161-192). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-56837-3_7
- Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Bidegain, N. e Calderón, C. (Comps.). (2018). *Los cuidados en América Latina y el Caribe: Textos seleccionados 2007-2018*. CEPAL. <https://cdi.mecon.gob.ar/bases/docelec/az4275.pdf>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2023). *Marco conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil*. Secretaria Nacional de Cuidados e Família. <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>
- Bruschini, Cristina. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), 331-353. <https://rebeb.emnuvens.com.br/revista/article/view/221>
- Carrasco, C. (2003). La sostenibilidad de la vida humana: ¿Un asunto de mujeres? In M. T. León (Ed.), *Mujeres y trabajo: Cambios impostergables*. REMTE/Marcha Mundial de las Mujeres/CLACSO/ALAI. <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/11853>
- Carrasco, C. e Tello, E. (2013). Apuntes para una vida sostenible. In *Tejiendo alianzas para una vida sostenible. Consumo crítico, feminismo y soberanía alimentaria* (pp. 11-45). Xarxa de Consum Solidari/Marcha Mundial de las Mujeres. https://xarxaconsum.org/wp-content/uploads/2019/02/Tejiendo_alianzas.pdf
- CEPAL. (2011). *Informe anual 2011. El salto de la autonomía: De los márgenes al centro (LC/W.436)*. CEPAL. <https://ideas.repec.org/b/ecr/c41017/3931.html>

- Costa, C. M. V. (2023). O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo. *Serviço Social & Sociedade*, 146(3), e-6628347. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.347>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 139-167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2737>
- Daeren, Lieve (2005), "Mujeres pobres: ¿prestadoras de servicios o sujetos de derechos?", Santiago, Chile, Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), unpublished.
- Donehower, G. (2014). *Incorporating gender and time use into NTA: Estimating NTA and National Time Transfer Accounts by sex* [Manuscrito]. <https://www.ntaccounts.org/doc/repository/Incorporating%20Gender%20and%20Time%20Use%20into%20NTA,%20Version%204.docx>
- Donehower, G. (2020, June 4). *The gendered economy in the United States before, during and after(?) COVID-19* [Apresentação]. WIC Online Colloquium, University of California. https://www.oaaw.ac.at/fileadmin/subsites/Institute/VID/PDF/Colloquium/2020/20200604_Online_Colloquium_Announcement_Donehower.pdf
- Duffy, M. (2007). Doing the dirty work: Gender, race, and reproductive labor in historical perspective. *Gender & Society*, 21(3), 313-336. <https://doi.org/10.1177/0891243207300764>
- Durand, M. K., Heidemann, I. T. S. B., Rumor, P. C. F., Vendruscolo, C., Be-launde, A. M. A. e Souza, J. B. (2021). Possibilidades e desafios para o empoderamento feminino: Perspectivas de mulheres em vulnerabilidade social. *Escola Anna Nery*, 25(5), e20200524. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0524>
- Esquivel, V., Faur, E. e Jelin, E. (2012). Hacia la conceptualización del cuidado: Familia, mercado y Estado. In *Las lógicas del cuidado infantil: Entre las familias, el Estado y el mercado* (pp. 15-40). Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES). https://argentina.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/LAS_LOGICAS_DEL_CUIDADO_INFANTIL.pdf
- Fisher, B. e Tronto, J. (1990). Toward a feminist theory of caring. In E. K. Abel e M. K. Nelson (Eds.), *Circles of care: Work and identity in women's lives* (pp. 35-62). State University of New York Press.

- Folbre, N. (2001). *The invisible heart: Economics and family values*. The New Press.
- Garcia, B. C. e Marcondes, G. S. (2022). As desigualdades da reprodução: Homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 39, e0204. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0204>
- Guimarães, N. A. e Pinheiro, L. S. (2023). Capítulo 10. In *Cuidar, verbo transitivo: Caminhos para a provisão de cuidados no Brasil* [capítulo de livro; editor(es) a inserir]. Ipea. <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/46ded4bb-4ef2-457b-b16b-4f1c124276fa/content>
- González, L. (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In F. Rios e M. Lima (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 49-64). Zahar. (Trabalho original publicado em 1979). <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2738>
- Hartmann, H. I. (1976). Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex. *Signs*, 1(3), 137-169. <https://doi.org/10.1086/493283>
- Hyde, E., Greene, M. E. e Darmstadt, G. L. (2020). Time poverty: Obstacle to women's human rights, health, and sustainable development. *Journal of Global Health*, 10(2), 020313. <https://doi.org/10.7189/jogh.10.020313>
- ILO. International Labour Office. (2018). *Care work and care jobs for the future of decent work*. International Labour Office. <https://www.ilo.org/publications/major-publications/care-work-and-care-jobs-future-decent-work>
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Censo Escolar 2024: Notas estatísticas*. INEP. <https://www.gov.br/inep>
- Istenič, T., Hammer, B. e Prskawetz, A. (2019). European National (Time) Transfer Accounts. *Vienna Yearbook of Population Research*, 17, 201-221. <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26928909>
- Jesus, J. C., Turra, C. M. e Wajnman, S. (2023). An empirical method for adjusting time use data in Brazil. *Dados*, 66(4), Artigo 220210093. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.289>
- Lynch, K. (2007). Love labour as a distinct and non-commodifiable form of care labour. *The Sociological Review*, 55(3), 550-570. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2007.00714.x>
- Marcondes, M. M., Rodrigues, C. M., Oliveira, A. J. B. de e Barbosa, A. H. de A. (2024). *Política Nacional de Cuidados na América Latina e no Caribe: Análise de design transversal e interseccional* [Policy

- paper]. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8045>
- Melo, H. P., Morandi, L. e Moraes, L. (2022). *Os cuidados no Brasil: Mercado de trabalho e percepções* [Livro eletrônico]. Fundação Friedrich Ebert.
- Nogueira, C. M. e Passos, R. G. (2020). A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: Considerações a partir de Heleieth Saffioti. *Caderno CRH*, 33, e020029. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>
- NTA. National Transfer Accounts Project. (2017). *Counting women's work: Measuring the gendered economy in the market and at home* (NTA Bulletin No. 11). National Transfer Accounts Project/East-West Center.
- Oakley, A. (1974). *The sociology of housework*. London: Martin Robertson.
- Pautassi, L. (2009). Discriminaciones legitimadas: Las trabajadoras en la legislación comparada. In M. N. Rico e F. Marco (Eds.), *Privilegiadas y discriminadas. Las trabajadoras del sector financiero* (Cuadernos de la CEPAL, No. 93). CEPAL.
- Picanço, F., Araújo, C. M. de O. e Covre-Sussai, M. (2021). Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: Outros olhares sobre as desigualdades. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 38, e0177. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0177>
- Pinheiro, L. S. (2018). *O trabalho nosso de cada dia: Determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil* (Tese de doutorado, Universidade de Brasília). <http://bit.ly/3JurUB7>
- Pinheiro, L., Medeiros, M., Costa, J. e Barbosa, A. de H. (2023, setembro). *Gênero é o que importa: Determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil* (Texto para Discussão No. 2920). Ipea. <https://doi.org/10.38116/td2920-port>
- Queiroz, F. e Diniz, M. I. (2023). A desigual repartição do trabalho doméstico entre homens e mulheres. *Sociedade em Debate*, 29(1), 73-89. <https://doi.org/10.47208/sd.v29i1.3337>
- Razavi, S. (2007). The political and social economy of care in a development context: Conceptual issues, research questions and policy options. *UNRISD Research Paper*. <https://cdn.unrisd.org/assets/library/papers/pdf-files/razavi-paper.pdf>
- Ribeiro, T. S. (2023). *Mulheres negras na encruzilhada do cuidado: Estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado* (Tese de doutorado, PUC-Rio). <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63596/63596.PDF>

- Rodríguez Enríquez, C. e Marzonetto, G. (2015). Organización social del cuidado y desigualdad: El déficit de políticas públicas de cuidado en Argentina. *Revista Perspectivas de Políticas Públicas*, 4(8). <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/54157>
- Saffioti, H. (2011). *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sambt, J., Donehower, G. e Verbič, M. (2016). Incorporating household production into the National Transfer Accounts for Slovenia. *Economic Systems Research*, 28(2), 249-267. <https://doi.org/10.1080/14631377.2016.1164962>
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (2013). *National Transfer Accounts Manual: Measuring and analysing the generational economy*. United Nations.
- Vargha, L., Gál, R. I. e Crosby-Nagy, M. O. (2017). Household production and consumption over the life cycle: National Time Transfer Accounts in 14 European countries. *Demographic Research*, 36, 905-944. <https://www.jstor.org/stable/26332155>
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial* (J. P. Dias e R. Camargo, Trans.). Ubu Editora.
- Vickery, C. (1977). The time-poor: A new look at poverty. *Journal of Human Resources*, 12(1), 27-48. <https://doi.org/10.2307/145597>
- Wajnman, S., Turra, C. M., Jesus, J. C., Guerra, F. e Cordeiro, T. (2024, September 25-28). *Valuing household services in Brazil: A comparison of paid and unpaid care*. Paper presented at the 5th Meeting of the Society of Family and Gender Economics, Insper, São Paulo, Brazil.
- Zagheni, E., Zannella, M., Movsesyan, G. e Wagner, B. (2015). *A comparative analysis of European time transfers between generations and genders* (Springer Briefs in Population Studies). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-94-017-9591-3>